

A INCLUSÃO DO ESTUDANTE COM SÍNDROME DE DOWN: UM OLHAR SOBRE A CAPACITAÇÃO DO PROFESSOR DA SALA DE AULA DO ENSINO REGULAR

Autor: Erivan Alves dos Santos; Coautor: Izaura Maria de Andrade da Silva

Universidade Federal da Paraíba e-mail: dhp@ce.ufpb.br

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas com os alunos com Síndrome de Down (SD). A pesquisa foi desenvolvida em quatro escolas da área rural da rede municipal de ensino de Goiana /PE. Adotou-se nessa investigação a Pesquisa-Ação, de método indutivo com abordagem qualitativa. Usou-se como metodologia a observação participante em sala, entrevista com os professores do 1º ano ao 5º do Ensino Fundamental das escolas pesquisadas. Fez-se reunião com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Deu-se orientação para uma reorganização da sala de aula. Selecionou-se e organizou-se um caderno de atividades pedagógicas para a alfabetização desses alunos em português e matemática com apoio dos professores das turmas e com os professores do AEE. Os resultados obtidos mostraram a necessidade de: criação de políticas municipais de formação continuada específica para professores da turma regular na inclusão dos alunos com deficiência intelectual, professor do AEE e professor do ensino regular parceiros na construção de prática pedagógica inclusiva, adequação curricular construção coletiva professor e especialistas escolar, adequação curricular individual caminho alternativo para promover a aprendizagem dos alunos com deficiência intelectual. Diante das análises, percebeu-se que é preciso materializar as leis de qualificação dos professores do ensino regular para incluir esses alunos no ambiente escolar, a sensibilização e formação de todos agentes mediadores da aprendizagem para inclusão, são uns dos pontos chave do resultado dessa pesquisa.

Palavras chave: Formação do Professor do Ensino Regular, Práticas Pedagógicas, Estudante com Síndrome de Down.

INTRODUÇÃO

Para um profissional de qualquer área de conhecimento exercer seu ofício, ele dever ter no mínimo uma formação inicial ou capacitação inicial, podendo ser em nível médio /técnico ou superior. Para que ele possa exercer esse ofício com mais eficiência, prestando serviços de qualidade a sociedade, mas deve buscar se aperfeiçoar naquilo faz, ou seja dar continuidade a sua formação profissional através de formação ou capacitação continuada.

A preocupação com a formação de professores e com a inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares, faz com que a LDBEN Lei nº 9.394/96 (BRASIL,2016) tenha como um de seus destaques o reconhecimento da importância de uma capacitação

constante e crescente dos professores que atuam na Educação Básica, gerando a multiplicação de iniciativas do governo voltadas para a formação de professores.

Em conformidade com a lei nº 9.394/96, (BRASIL,2016) para atuar como profissional do magistério é preciso no mínimo ter formação no magistério na modalidade normal médio, mas com as demandas da educacionais da sociedade, é preciso ir além dessa formação mínima para das as respostas educacionais a sociedade, se faz necessário ter uma constate formação para uma boa prestação de serviço. No art. 62, no parágrafo § 1º da LDBEN (BRASIL, 2016) diz: “§ 1º A União, o Distrito Federal, os estados e os municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério”.

A continuação do aperfeiçoamento desse profissional é indispensável, principalmente para construção de uma educação na perspectiva inclusiva. Uma das carências dos professores pesquisados é a falta de formação continuada ou capacitação que lhe favoreça meios teóricos, metodológicos, materiais entre outros, que possam lhe dar condições de desenvolver um trabalho pedagógico voltado ao desenvolvimento das aprendizagens dos alunos com SD. Essa falta de preparação dos professores das turmas regulares para trabalhar com alunos com deficiência é uma realidade em muitos Estados, municípios do nosso país. Mas a LDBEN (BRASIL, 2016), lei nº 9.394/96 no Capítulo V - Da Educação Especial, no art.59, inciso III, expressa que os sistemas de ensino, assegurarão que os alunos com deficiências serão assistidos por professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e também por professores do ensino regular qualificados para o trabalho de sua inclusão em salas de aulas do ensino regular. Conforme diz:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
III- professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns. (BRASIL, 2016, p.19).

Essa responsabilidade do poder público na qualificação dos professores do ensino regular como fator indispensável no processo de inclusão dos educandos com deficiência é pontuada na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015), nº 13.146/2015, art. 28, inciso X¹.

¹ Art.28.Incumbem ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:
X- adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado. (BRASIL, 2015, p. 19-20).

A motivação da pesquisa vem da experiência de receber em minha sala de aula uma aluna com Síndrome de Down. A vontade de querer fazer algo a favor da educação dessa aluna me fez embarcar em uma busca pedagógica que favorecesse a sua aprendizagem. Nessa busca muitas coisas deram certo e muitas deram errado, por falta de uma formação específica, que me desse uma base sólida para trabalhar com esses sujeitos, essa experiência foi vivenciada no período de dois anos. Foram dois anos na busca de fazer o melhor, para dar a assistência pedagógica necessária para desenvolvimento da aprendizagem dessa aluna.

Quando se fala em pessoas com deficiências, segundo Costa (2006), na visão de Vygotsky estamos falando de possibilidades na aprendizagem dessas pessoas, pois esse teórico russo direciona seu olhar para as possibilidades que o sujeito traz em seu potencial, deixando o paradigma de incapaz que a sociedade atribui quando se refere a essas pessoas. É preciso acreditar, é preciso adequar, é preciso incluir essas pessoas para que se sintam cidadãos de direitos e deveres como qualquer outra e não pessoas sujeitas às migalhas jogadas pela sociedade preconceituosa.

Os objetivos da pesquisa são: Analisar as práticas pedagógicas que são desenvolvidas com alunos com síndrome de Down em escola no município de Goiana/PE; Identificar e entender as fragilidades dos professores em lidar com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos com síndrome de Down; Orientar a organização da sala de aula para facilitar a vida escolar dos alunos com Síndrome de Down nas escolas participantes; Instigar uma parceria entre o do Atendimento Educacional Especializado e o professor do ensino regular.

METODOLOGIA

A referente pesquisa foi realizada em Escolas do Campo (rurais) da cidade de Goiana – PE; que oferecem o Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano; tendo como sujeitos de pesquisa alunos com SD e os professores que atuam do 1º ao 5º ano e que tenham alunos com SD. O município de Goiana tem em seu sistema de ensino atualmente 17 escolas rurais. Porém, a pesquisa foi realizada apenas em quatro escolas por não conseguirmos localizar, em tempo hábil, todas que tinham alunos com SD.

Foi adotado nesta investigação a Pesquisa – Ação, como método indutivo com abordagem qualitativa, com o intuito de intervir na realidade, para contribuir com os sujeitos da pesquisa. Na perspectiva de favorecer o contexto pesquisado e ser favorecido por esse contexto, na aquisição de conhecimentos e reflexão sobre a realidade. Esse tipo de pesquisa é definido por Thiollent:



[...] um tipo de pesquisa com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. (1985, p. 14, apud GIL, 2008, p.55).

O método utilizado foi a observação participante em sala de aula, entrevista com os quatro professores do Ensino Fundamental das escolas pesquisadas, que tinham alunos com SD para compreender as práticas pedagógicas direcionadas a esses alunos.

Realizou - se reunião com o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) de cada escola para fortalecer a parceria junto ao professor do ensino regular, para que o mesmo possa dar uma assistência pedagógica no trabalho com o aluno com SD. Além de orientação para uma reorganização da sala de aula, colocando os alunos com SD nas primeiras cadeiras, para que possam receber a assistência pedagógica necessária da professora, para obter a atenção deles nas atividades.

Foi realizada uma análise das questões da entrevista e dos dados coletados, através de um levantamento quantitativo das perspectivas das questões apontadas na entrevista. Foram pontuadas algumas questões observadas nas aulas dos professores pesquisados e as fragilidades relatadas que serão apresentadas e discutidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta pesquisa, revelou que as fragilidades no trabalho pedagógico dos professores da sala regular de ensino, tem como causa primaria a falta de qualificação desse profissional para construção de uma educação de qualidade na perspectiva inclusiva. No entanto, observou-se que as práticas pedagógicas aplicadas com os sujeitos da pesquisa, não favorecia uma aprendizagem significativa, que estimulasse seu cognitivo, práticas estas que não tinha uma sistematização e planejamento prévio, limitando-se, portanto, em exercícios mecânicos e arcaicos.

A falta de planejamento para o trabalho com os alunos com síndrome de Down, contribui para o fracasso escolar desses alunos, comprometendo seu desenvolvimento como um todo. Não consegui ver nenhum planejamento sistematizado dos entrevistados, as atividades dos alunos com síndrome de Down eram elaboradas na hora da aula, a maioria das vezes eram atividades de desenhos para pintar, sem nenhuma contextualização. E quando era no caderno, eram exercícios repetitivos e mecânicos de cobrir e copiar determinada letra, os professores alegavam que estava trabalhando a coordenação motora desses alunos. Não se tem a intenção de condenar esse tipo de atividade, mas sim, a frequência que ela é usada com

esses alunos e sem uma contextualização do conteúdo que está sendo explorado neste tipo de exercício, porque é uma atividade muito mecânica para ser usada com muita frequência e sem contextualização, pois soa muito forte mecanicamente o enunciado: “Cubra as vogais e copie”. Isso não favorece uma aprendizagem significativa para esses alunos, há outras formas de se abordar esses conteúdos e com outras atividades que desenvolva a coordenação motora, que é uma das maiores preocupações dos entrevistados, porém foi possível perceber o uso frequente atividade de pintura de desenho e de desenhar, no entanto volto a afirmar sem contextualização.

A pesquisa também revelou que as leis de formação do professor do ensino regular para o trabalho com alunos com deficiência, não estão sendo cumprida no contexto profissional desses professores. E assim instituições vem negando à educação de qualidade, que atenda às necessidades de aprendizagem e ensino desses sujeitos, por causa da falta de qualificação do profissional para o trabalho com alunos com SD.

Os alunos com síndrome de Down estavam inseridos em salas numerosas e multisseriadas, sem um apoio escolar na sala, assistidos por professores sem formação específica para trabalhar com alunos com Deficiência Intelectual (DI), profissionais desestimulados com seu contexto escolar.

Os alunos são acompanhados pelo o AEE, por profissionais preparados, mas os professores do ensino regular, por falta de experiência com alunos com DI, questionaram a falta de apoio dos professores do AEE na orientação de como conduzir a educação dos alunos. Não há uma parceria entre esses dois profissionais, na discussão e construção de proposta pedagógica adequada para favorecer o ensino e a aprendizagem do sujeito.

Observou se vários problemas que impedem a inclusão plena dessas pessoas, como: organização das turmas, estrutura física da escola e principalmente das salas, material didático inadequado, falta de estímulo dos professores, a ausência de apoio escolar para o aluno com SD, mas consideramos o principal problema, a falta de preparação dos profissionais para receber esses alunos, principalmente a dos professores do ensino regular, o qual passa mais tempo com o aluno na escola. Essa ausência de formação, impedem que deem assistência pedagógica adequada aos alunos.

Durante as observações, nas entrevistas e em diálogo com alguns gestores e com professor do AEE, entendemos que, quando o aluno é assistido pelo profissional do AEE, apoio escolar (cuidador) ou apoio escolar (professor de apoio). Há uma divergência pedagógica sobre a responsabilidade da aprendizagem do aluno com SD, por parte do professor do ensino regular, independentemente que haja cuidador, auxiliar de sala ou



atendimento de AEE, o responsável pela aprendizagem do aluno é o professor do ensino regular. Essas divergências ocorrem principalmente, quando há cuidador ou auxiliar de sala.

QUADRO 1 – DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO DOS MEDIADORES DA INCLUSÃO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

| Profissional | Caracterização da Função | Formação para o Trabalho com Alunos com Deficiência |
|--|--|---|
| Professor da sala regular de ensino | A responsabilidade do ensino e da aprendizagem da pessoa com deficiência na escola de ensino regular, é exclusivamente do professor da sala regular, segundo (BRASIL, 2016, p.10). Na Lei nº 9.394/96, artigo 13. Inciso II e III diz: “ Os docentes incumbir-se-ão de: II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; III – zelar pela aprendizagem dos alunos”. Esse profissional deve pesquisar, planejar, articular, orientar, executar e adaptar todo o trabalho pedagógico direcionado aos alunos com deficiência, facilitando a inclusão plena desse educando no contexto escolar. Buscando sempre que necessário, ajuda para melhorar o trabalho com o aluno, com demais profissionais existentes na escola, como: supervisor, professor do AEE, coordenador pedagógico, psicopedagogo, psicólogo, gestor escolar. | Não recebe nenhuma formação específica na área de educação inclusiva e nem recebeu da rede de ensino capacitação para trabalhar com alunos com deficiências |
| Apoio Escolar (Cuidador) | Esse profissional deve ter no mínimo o Ensino Médio, para exercer tal função. É uma pessoa que presta serviços na locomoção, alimentação e higiene da pessoa com deficiência, assegurando a integridade física desse aluno. O cuidador está apto a auxiliar a pessoa assistida no desempenho das atividades cotidianas e corriqueiras, tecnicamente chamada de Atividades da Vida Diária – AVDS. | Recebe capacitação do centro de Educação Especial da rede |
| Apoio Escolar (professor de apoio) | Esse profissional deve ter no mínimo o magistério na modalidade normal médio, para exercer tal função, é uma pessoa que presta assistência pedagógica a pessoa com deficiência, sob a orientação didática e pedagógica planejadas pelo professor titular da sala. Esse profissional deve auxiliar o aluno em atividade dentro e fora da sala, assegurando o desenvolvimento desse aluno e sua inclusão na proposta pedagógica da sala, organizada pelo professor titular da sala, o qual é responsável pela as aprendizagens do aluno. O ESTAGIÁRIO EM AEE assume o papel de auxiliar de apoio na inclusão do aluno com deficiência e não papel de professor principal da criança. Ele deverá ser visto como mais um agente de inclusão, estando sempre atento a ajudar no processo de desenvolvimento e aprendizagem, para que a criança possa ser incluída em um processo educacional que, de outra maneira, ou seja, sem uma pessoa diretamente apoiando numa relação um para um, poderia ser desestruturante e insuportável, tanto para escola quanto para o aluno com deficiência. (GOIANA, Prefeitura Municipal, 2017, p.7-8). | Recebe capacitação do centro de Educação Especial da rede. |
| Professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE) | O trabalho desse profissional no atendimento individual ao aluno, é a estimulação dos campos de desenvolvimento afetado pela deficiência como: Psicomotor:(esquema corporal, lateralidade, estruturação espacial, orientação temporal, tônus, postura, equilíbrio, pré – escrita); Cognitivo:(Percepção e Discriminação: visual, auditiva, gustativa, olfativa e tátil; Memória: visual, auditiva, viso motora; Atenção, Raciocínio, Conceituação, Linguagem: dificuldade quanto a fala, quanto a leitura e quanto a escrita); Comportamental e Emocional : (agressividade, agitação, birras, choro, sexualidade excessiva, isolamento, insegurança); AVD. Esse profissional pode até utilizar recursos que são comuns aos trabalhos do professor da sala regular, mas ele não é conteudista | Tem formação na área que atua, mas motivado por conta própria. |

FONTE: GOIANA, Prefeitura Municipal (2017).

FONTE: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (2016).

Diante das observações das escolas pesquisadas, das quatro turmas analisadas nenhum professor da sala regular foi capacitado para o trabalho com alunos com deficiência. E dessas escolas, só três prestam serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE), esses profissionais tem formação específica na área que atuam. O professor de apoio de sala de aula para inclusão dos alunos com SD, só foi encontrado em uma das turmas analisadas e este profissional foi capacitado pelo Centro de Educação Especial do município. E o profissional cuidador, é também capacitado pelo órgão público, porém não encontramos esse profissional nas turmas analisadas, porque nenhum dos alunos sujeitos da pesquisa necessitava dos serviços desse profissional, pois sua necessidade era de um professor de apoio.

Com base nas observações e nas entrevistas, constatou se as fragilidades dos professores no trabalho com o aluno com SD, uma delas é a ausência de motivação para ir em busca de alternativa que inclua esse aluno, dentro do processo de aprendizagem e ensino, não há um preparo desse profissional para trabalhar com o aluno com deficiência, além dessa falta de preparo tem o contexto das salas multisseriadas. Esses alunos vêm se arrastando ao logo dos anos, sem ter uma proposta pedagógica sistemática que favoreça o processo de alfabetizadas e letramento.

TABELA 1 – CONTEXTO ESCOLAR DOS PROFESSORES DO ENSINO REGULAR

| Escola | Professor | Idade | Formação | Tempo que Leciona | Turma | Nº Aluno |
|----------|-----------|---------|--|-------------------|--|----------|
| Escola 1 | P 1 | 58 Anos | Pedagogia com habilitação em administração escolar | 26 anos | Multisseriada: 4º e 5º ano | 29 |
| Escola 2 | P2 | 36 Anos | Licenciatura em Biologia e Pós-graduação em Ensino da Biologia | 12 anos | Multisseriada: 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano | 25 |
| Escola 3 | P3 | 59 Anos | Licenciatura em História e Pós-graduação em História do Brasil | 24 anos | Seriada: 5º ano | 32 |
| Escola 4 | P4 | 50 Anos | Pedagogia | 10 anos | Multisseriada: 4º e 5º ano | 29 |

FONTE: Os professores pesquisados (2017).

LEGENDA: P = Professor.

Ao ser entrevistados, os professores pontuaram algumas barreiras que o impedem desenvolverem um trabalho com os alunos com síndrome de Down e outras deficiências. Pontuaram as seguintes questões: Falta de experiência e formação para o trabalho com aluno

com SD. Ausência de Especialistas para orientá-los. Ausência de Parceria com o professor do AEE. Falta de Tempo para o trabalho com o aluno com SD. Ausência de cuidador.

A falta de experiências e de formação continuada do professor no trabalho com alunos com deficiências, segundo os entrevistados, é o que mais pesa na inclusão desses alunos. Essa formação continuada é de responsabilidade do poder público e dos sistemas de ensino, que tem a autonomia para buscar parceria para capacitar seus professores, para atender as demandas educacionais e o oferecer um ensino de qualidade para todos os alunos. Segundo a lei 9.394/96, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, (LDBEN), art.59, inciso III, diz:

Art.59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:
III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns;(BRASIL, 2016, p. 19).

A ausência de especialista (coordenador pedagógico, psicólogo, psicopedagogo) na escola para orientá-los pedagogicamente, outra barreira é a ausência de uma de uma parceria junto ao professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), para orientá-los no trabalho com os alunos com síndrome de Down. No Centro de Educação Especial do município, são oferecidos serviços de atendimento com psicólogo e psicopedagogo aos alunos com deficiências da rede municipal de ensino, no entanto, esses especialistas não fazem um trabalho de formação ou orientação com os professores dos alunos pesquisados.

O município dispõe de um pequeno grupo de professores especialistas no AEE, esse grupo é distribuído na rede nas escolas da rede de ensino que tem alunos com deficiências, para fazer o atendimento aos mesmos, na sala “Multifuncional”. Porém, muitas escolas não dispõem de estrutura física para organizar essa sala, o atendimento acontece em espaço improvisado, as escolas possuem alguns materiais para atendimento dos alunos. Os atendimentos são realizados uma vez na semana no horário “oposto”, da aula do aluno atendido, no entanto, percebemos que não há uma interação, ou seja, uma parceria entre o professor do AEE e o professor da sala regular, ambos realizam seus trabalhos separadamente.

Quando se trabalha com sala multisseriada uma das barreiras mais citadas, é a falta de tempo para realizar um trabalho sistematizado, planejado e significativo, com o aluno com síndrome de Down. Isso é preocupante, se todos começarem a introduzir essa ideia de falta de tempo de realizar um trabalho com esse aluno dentro desse contexto educacional, o que será deles? Será apenas mais um número dentro das estatísticas de alunos matriculados em nosso

país? Eles não devem se tornarem invisíveis aos olhos dos professores, devem gozar do mesmo direito a educação, que os demais alunos gozam, é preciso refletir melhor para organizar o tempo pedagógico de forma equilibrada, possibilitando a todos o direito de gozar do seu tempo pedagógico em sala de aula e na escola como um todo.

A ausência de cuidador para os alunos com SD em sala de aula, foi citado pelos professores, no entanto, de acordo com as observações os alunos não precisam de alguém para cuidar deles como por exemplo levar ao banheiro, alimentá-los, observá-los para não caírem, pois, os mesmos conseguem fazer esse tipo de atividade com autonomia. Eles precisam de um apoio pedagógico especificamente em sala de aula, para realizarem as atividades pedagógicas, sob a supervisão e orientação dessa pessoa, sob as coordenadas do professor da sala de aula, que é responsável pela aprendizagem desses alunos com síndrome de Down.

Diante das observações do cotidiano das turmas, listamos outras barreiras pertinentes, para refletirmos e entender o contexto educacional, dos alunos com síndrome de Down e com outras deficiências nestas instituições de ensino.

TABELA 2 – CONTEXTO ESCOLAR DOS ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

| Aluno | Sexo | Idade | Escola | Turno | Ano | Professor | Acompanhado pelo AEE | Acompanhamento Clínico |
|-------|------|---------|----------|-------|-----|-----------|----------------------|------------------------|
| A1 | F | 9 Anos | Escola 1 | Manhã | 4º | P 1 | Sim | Não |
| A2 | F | 23 Anos | Escola 2 | Manhã | 5º | P 2 | Sim | Não |
| A3 | M | 20 Anos | Escola 3 | Tarde | 5º | P 3 | Não | Não |
| A4 | F | 14 Anos | Escola 4 | Manhã | 5º | P 4 | Sim | Não |

FONTE: Dados das escolas pesquisadas (2017).

LEGENDA: **A** = Aluno / **F** = Feminino / **M** = Masculino / **P** = Professor / **AEE** = Atendimento Educacional Especializado.

Dentro do contexto das escolas pesquisadas, foi possível perceber diversas dificuldades no cotidiano das turmas. Pontuamos algumas questões: Falta de conhecimento que favoreça a inclusão do aluno com SD. Ausência de planejamento para o trabalho com o aluno com SD. Falta estímulo dos professores. Carência de um apoio em sala de aula para o aluno com SD.

A falta de conhecimento sobre a síndrome de Down e como trabalhar com alunos com síndrome de Down, foi um dos pontos observados que engessa o professor de realizar um trabalho direcionada com esses alunos, isso acontece por falta de uma formação específica.

O sentimento de incapacidade relacionada as pessoas com deficiências, está ainda interiorizada no íntimo de muitas pessoas, que foca suas atenções só nas deficiências, e não Ser Humano que necessita de apoio e credibilidade para SER MAIS. E com essa visão de sentimento de incapacidade, ocorre o insucesso das pessoas com deficiências dentro e fora das escolas. Podemos refletir em (COSTA, 2006), que diz:

A concepção do ser humano como imutável, por nós herdada, gerou na sociedade, e também nos educadores, uma expectativa muito negativa com relação às possibilidades de aprendizagem e desenvolvimento do aluno com necessidades educativas especiais, o que pode acarretar consequências desastrosas no processo educativo e de intervenção. (COSTA, 2006, p.2)

A falta de estímulo dos professores é uma barreira que vem assolando as práticas pedagógicas desses profissionais, a cada dia se torna algo comum ver professores desestimulados em exercer com excelência a mais sublime das profissões, no entanto, essa falta de estímulo é ocasionada por vários fatores que vem se arrastando a décadas no contexto educacional do nosso país, que vai de políticas de valorização educacional, profissional, humana e principalmente financeira, que é um dos focos primordiais de reivindicações dos professores

Os professores de sala de aula regular, que estão entregues a dura sorte para realizar um trabalho com os alunos com SD, no contexto de sala multisseriadas, percebemos que não há adequações para favorecer a aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down, não há um planejamento sistemático para o trabalho com esses alunos. As práticas desenvolvidas, além de não ser atrativas, não favorecem a aprendizagem desses alunos.

Não é fácil trabalhar com pessoas com SD, mas cruzar os braços diante das situações e entregar esses indivíduos a dura sorte, só vai piorar a vida deles. Se olharmos por outros ângulos perceberemos que há possibilidades de se fazer um bom trabalho com eles, não estamos à procura de fazer o extraordinário acontecer na vida deles, mas de fazer o melhor que possamos, para que os mesmos avancem o máximo que podem, tornando – os visíveis dentro do contexto escolar em uma perspectiva ampla de inclusão. É preciso mudarmos olhar para educação das pessoas com deficiências, se não houver adequação dos contextos que favorecem a aprendizagem, nunca haverá a inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na referida pesquisa alcançou-se alguns objetivos, variando o quantitativos de turmas, conseguiu-se identificar e entender as fragilidades dos professores em lidar com o

processo de ensino e aprendizagem dos alunos com síndrome de Down nas quatro escolas; conseguiu-se pesquisar atividades pedagógicas e organizar cadernos de atividades para alfabetização e letramento principalmente em português e matemática para ajudar no desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down nas quatro escolas; conseguiu-se orientar a organização da sala de aula para facilitar a vida escolar dos alunos com Síndrome de Down nas escolas participantes, só uma escola acatou. Realizou-se reunião individual com os professores de AEE de três escolas, uma das escolas analisadas não tinha esse profissional.

As políticas educacionais direcionadas às pessoas com deficiência têm uma potencialidade inclusiva muito grande, porém ainda deixa muito a desejar, pois não adianta criar leis, enviar verba que faça adequação na estrutura física e enviar material adequado para se trabalhar com pessoas com deficiência se não há uma fiscalização do poder público para saber se as medidas educacionais do governo estão sendo concretizada. Além disso, também não adianta se os profissionais que trabalham diretamente com essas pessoas não são qualificados para trabalhar com pessoas com deficiências.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação dessas pessoas é oferecida na rede regular de ensino, nas salas de aulas regulares. É o professor titular o responsável pela aprendizagem e ensino dessas pessoas, porque é ele quem trabalha os direitos da aprendizagem através dos conteúdos. O professor do AEE não é conteudista. Ele trabalhar no atendimento a estimulação dos campos cognitivo, psicomotor, comportamento, emocional e Atividade da Vida Diária (AVD) dos alunos. Mesmo ele utilizando metodologia e material didático comuns, aos do professor do ensino regular. O cuidador não cuida da parte pedagógica no trabalho com o aluno, até porque além de não ser sua função, muitas das vezes não tem a formação adequada para intervir na parte pedagógica. O professor auxiliar tem seu trabalho voltado ao trabalho pedagógico com o aluno, mas todo esse trabalho é planejado pelo professor da sala, o auxiliar é apenas o mediador na aprendizagem do aluno.

Esses agentes mediadores da aprendizagem têm funções distintas, porém o objetivo é o mesmo, favorecer a aprendizagem e autonomia do aluno é um trabalho coletivo, que cada um contribui de forma específica para favorecer um todo.

O exercício de reflexão se faz necessário para sugerir novas formas de conformação do espaço / tempo educacional, assim como a criação de espaços socializadores e colaborativos de análise do contexto escolar do aluno. Entre os professores e demais profissionais da escola, para que haja um trabalho coletivos, com campo de atuação

diferentes, mas com o objetivo de favorecer o todo, a aprendizagem e autonomia do educando.

Portanto, é preciso o desenvolvimento de um olhar sobre os processos educacionais que creia no princípio de que toda criança é educável e que a deficiência a ser combatida é mais uma invenção social para justificar a seletividade e o preconceito nas escolas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013, p. 298 a 304.

BRASIL, Decreto de lei 13.146/2015, de julho de 2015. Diário Oficial – 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, 2015.

BRASIL, Decreto de lei 9.394, de dezembro de 1996. Diário Oficial – 23 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 2016.

CAIADO, K.R.M.; JESUS, D.M; BATISTA, C.R. (Org.) **Professores e Educação Especial: formação em foco**. Porto Alegre: Mediação, 2011. 2V.

COSTA, Dóris Anita Freire. **Superando Limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial**. In: Res. psicopedag. vol.23 nº 72. São Paulo, 2006.

GIL, Antonio Carlos, 1946 - **Como elaborar projeto de pesquisa**. / Antonio Carlos Gil. - 4.ed.-11reimpr. São Paulo: Atlas, 2008.

GOIANA-PE. Secretaria de Educação e Inovação. Divisão de Educação Especial. **Orientações para o trabalho do professor de apoio a educação especial**. 2017.

MIRANDA, Theresinha Guimarães. GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador. EDUFBA. 2012.